



Para reduzir os danos do álcool

DECLARAÇÃO DE OSLO

**9ª Conferência Europeia de Política do Álcool
Oslo, 17 de junho de 2022**

Conclusões e mensagens-chave

Nós, os participantes,

REUNIDOS em Oslo, Noruega, de 16 a 17 de junho de 2022;

RECONHECENDO que o álcool continua a causar mais danos na Europa do que qualquer outra droga, com consequências devastadoras para a saúde pública e o bem-estar social;

PREOCUPADOS com o fato de a indústria do álcool continuar a promover seus produtos para consumidores novos e existentes por meio de muitos canais, incluindo usuários pesados de álcool, jovens e outros grupos vulneráveis

CONHECENDO que as evidências científicas estabeleceram inequivocamente que o consumo de álcool causa danos, incluindo morte, doença, lesão, incapacidade e dificuldades econômicas;

ALARMADOS com novos aumentos no consumo de álcool entre os bebedores pesados durante a pandemia de Covid-19;

CONSCIENTES dos esforços, cada vez mais agressivos e bem financiados, da indústria do álcool e seus aliados para minarem e subverterem a regulação efetiva do álcool e normalizar seu consumo;

CONSIDERANDO a responsabilidade dos governos de proteger o bem-estar das pessoas e comunidades;

e

OBJETIVANDO alcançar saúde e desenvolvimento para todos na Europa por meio de soluções políticas de alto impacto para o álcool;

DECLARAMOS POR ESTE MEIO:

1. Os governos nacionais e a UE devem regular o álcool com base no Plano de Ação Global para o Álcool da OMS, baseado em evidências, para atingir suas metas ambiciosas até 2030
2. Os governos nacionais devem cooperar para implementar as recomendações da OMS “*Best Buys*” e “*SAFER*”, baseadas em evidências, focadas no preço, disponibilidade e comercialização de álcool
3. A regulamentação a nível da UE deve refletir o apoio público a descrição obrigatória dos ingredientes, declaração nutricional e rótulos de advertência em produtos alcoólicos, capacitando assim as decisões devidamente informadas do consumidor
4. Os governos nacionais e a UE devem garantir que os processos de formulação de políticas de saúde sejam protegidos da interferência da indústria do álcool
5. Os governos nacionais devem tributar os produtos alcoólicos relacionados ao teor alcoólico. Isso deve ser indexado e aumentado regularmente de acordo com os indicadores econômicos e de saúde
6. Os governos nacionais devem restringir ou proibir a exposição ao marketing de produtos alcoólicos, principalmente nos jovens, crianças e outros grupos vulneráveis
7. Os governos devem reconhecer e apoiar o papel central das organizações da sociedade civil na prevenção e redução dos danos causados pelo álcool